

Rombo da anistia é de 377 bilhões

Agora o cálculo é do próprio governo, que fez as contas em OTNs (282 milhões). É quase o dobro do faturamento com o trileão em 88

BB susta liberações

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo chegou ontem ao valor do rombo que a anistia da correção monetária para as micro e pequenas empresas rurais e pequenas e médias empresas urbanas provocará: 282 milhões de OTNs (Cz\$ 377 bilhões pela OTN de junho), ou o equivalente a US\$ 1,96 bilhão. O buraco é quase o dobro do que o governo retirará este ano dos contribuintes através do trileão (158 milhões de OTNs).

Os números foram divulgados ontem pelo Palácio do Planalto e detalhados, à noite, pelo coordenador de política agropecuária da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Ricardo Conceição. O Tesouro Nacional terá o maior prejuízo: 145 milhões de OTNs (Cz\$ 194 bilhões, em 30 de junho). Os bancos oficiais federais e estaduais vêm a seguir, com 95,7 milhões de OTNs (Cz\$ 128 bilhões). Os bancos privados terão o menor prejuízo: 41,1 milhões de OTNs (Cz\$ 55 bilhões). Conceição disse que no prejuízo do Te-



Ximenes levou o cálculo ao presidente

EXPECTATIVA

O coordenador informou que esses números são os finais e que um levantamento mais detalhado e confiável só poderia ser feito de uma maneira: "Com a visita a todas as agências bancárias do País, para o levantamento caso a caso". Conceição disse que o número do rombo expresso em OTNs (de 282 milhões) não pode ser convertido pelo valor desse título a partir de 1º de julho. A conversão teria de ser feita pelo regime *pro rata* (proporcional ao tempo), usando-se a OTN fiscal, cujo valor varia diariamente.

A partir de agora, afirmou, o governo se dedicará à busca de medidas que compensem as perdas. "Até agora, não fizemos outra coisa senão tentar levantar o tamanho do rombo. Os levantamentos tinham de ser revistos a cada nova emenda ou fusão apresentada à Constituinte."

A divulgação dos números finais do rombo da anistia gerou muita expectativa ao longo do dia de ontem. O presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, informou que o presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, os divulgaria. Às 18 horas, o levantamento foi levado a Ulysses pelo ministro interino da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes. Às 20h30, as explicações foram, finalmente, dadas por Conceição.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As agências do Banco do Brasil em todo o País suspenderam ontem a liberação de financiamentos para o setor rural e para micros, pequenos e médios empresários urbanos — custeio e investimentos — até que sejam concluídos os levantamentos das perdas que o banco sofrerá com a aprovação da anistia fiscal.

Ao anunciar a medida, o presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, admitiu que, dependendo da situação, os financiamentos previstos para o mês de agosto também poderão ser suspensos.

Sobre os contratos já assinados, ele garantiu que todos "serão cumpridos pelo banco". A decisão, segundo Mário Berard, foi aprovada durante reunião do Conselho Diretor do Banco do Brasil, realizada anteontem à noite. Também ficou definida a constituição de comissão de igual valor ao prejuízo que deverá ser arcado pelo banco com a anistia prevista no projeto constitu-



Berard: o banco sempre dialogou

nal para os pequenos e médios empresários.

Em julho, como informou o presidente do Banco do Brasil, estava prevista a liberação de Cz\$ 40 bilhões para os setores rural e urbano pelo banco — sendo Cz\$ 30 bilhões para empresários rurais e Cz\$ 10 bilhões para os urbanos. Mário Berard adiantou que a partir da identificação dos mutuários que serão atingidos pela anistia — caso ela seja mantida na votação do segundo turno da Constituinte — o banco vai

estudar caso a caso. O Banco do Brasil firmou durante o Plano Cruzado 1.300.000 contratos para crédito rural e 700 mil destinados aos pequenos e médios empresários urbanos. O trabalho, de acordo com Berard será complexo principalmente em função de alguns critérios adotados, como a classificação dos imóveis com base nos módulos rurais, que variam em cada região.

Ao criticar a aprovação da anistia fiscal, Mário Berard defendeu que o assunto deveria ser tratado em lei ordinária e não na nova carta constitucional. "É mal pensar que o sistema financeiro é o grande culpado pelos males da nossa conjuntura econômica", afirmou. "O Banco do Brasil, nos seus 180 anos de funcionamento, sempre soube dialogar com o mutuário, oferecendo opções para a quitação de débitos."

Mário Berard acentua que até março, antes da discussão da anistia, somente 3,5% dos mutuários estavam inadimplentes, índice que aumentou para 12% em maio, com o acirramento das discussões no Congresso em torno da questão. Mesmo reconhecendo os problemas decorrentes da anistia aprovada, o presidente do Banco do Brasil acha que a situação ficaria crítica, caso tivesse prevalido a fusão de emendas que concedia anistia ampla.

BNDDES perde a metade do que emprestou

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Caso a anistia bancária para os microempresários passe na votação do segundo turno da Constituinte, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDDES) corre o risco de contabilizar um prejuízo de 7 milhões de OTNs, de um total de 13 milhões de OTNs emprestado aos bancos estaduais e de desenvolvimento, para repasse aos pequenos empresários. A diferença existe, basicamente, porque essas empresas vão quitar seus débitos com base na OTN vigente nos 12 meses do Plano Cruzado, de Cz\$ 106,40, e não pela atual, de Cz\$ 1.598,26.

O cálculo foi feito ontem, no Rio, pelo superintendente da Área de Projetos do BNDDES, Adilson Tostes Drubsky, ressaltando que 6 milhões de OTNs referentes aos empréstimos daquela época já foram pagos pelos bancos estaduais que conseguiram negociar com os tomadores dos empréstimos. Embora estime tal prejuízo, Drubsky disse que o BNDDES reconhece as dificuldades por que o País está passando e reitera sua disposição de negociar com os bancos que tomaram recursos naquele período.

A anistia para os micros e pequenos empresários não afeta diretamente o BNDDES, porque o banco não faz negócios com esses empresários, sendo apenas um repassador de recursos e, com isso, possui crédito junto aos bancos. Tais recursos são repassados através de dois programas de empréstimo. O Programa de Operações Conjuntas (POC) atende a empresas de médio porte, e o Promicro, bem mais abrangente, atende as pequenas e micros com faturamento anual até 25 mil OTNs. Este programa destina 80% de seus recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde são mais simples as exigências dos projetos empresariais, restando 20% para as regiões Sul e Sudeste, onde a procura por recursos nos bancos é bem mais exigente.

O superintendente da área de Projetos do BNDDES afirma que os empresários que fizeram empréstimos por intermédio desses dois programas em fevereiro de 1987, último mês do Plano Cruzado, não terão direito à anistia que está prestes a sair. Ele explica que tanto o POC quanto o promicro concedem prazos de carência que vão de seis a 24 meses, significando que tais empresários não tiveram de fazer nenhum pagamento acima do que estava estipulado nos contratos originais, não podendo reclamar pela anistia.

Drubsky lembra, ainda, que nem todos receberam a anistia, no caso do BNDDES, "porque os que provarem que podem pagar serão chamados para uma negociação".

Agricultura espera repasses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Assim que retornar de sua viagem ao Japão, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, deverá autorizar os repasses de recursos do Tesouro para custeio e investimento agropecuário, suspensos desde a quarta-feira, quando a Constituinte aprovou a anistia aos pequenos e médios agricultores endividados no Plano Cruzado. Esta é a expectativa do ministro da Agricultura, Iris Rezende, que voltou a criticar Mailson da Nóbrega por sua decisão "precipitada". Iris Rezende esclareceu que a

Constituinte pode ampliar o benefício

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Se o presidente José Sarney insistir no corte do crédito às pequenas empresas e aos produtores rurais, como rejeição à aprovação da anistia da correção monetária, haverá a radicalização na Constituinte, no segundo turno de votação, das propostas demagógicas, ampliando o benefício, apoiadas principalmente pela UDR (União Democrática Ruralista).

A advertência foi feita, ontem, pelo líder do PCB, deputado Roberto Freire (foto), autor da emenda que reduziu a extensão do benefício, impondo o limite de 5 mil OTNs do financiamento inicial, ou a propriedade de cinco módulos rurais, para a concessão do perdão da correção monetária.

Conforme Roberto Freire, ao adotar tais represálias o governo atinge, indiscriminadamente, um segmento econômico de larga significação social, "enquanto mantém intactos privilégios dos grandes grupos econômicos". Para o deputado, o corte do crédito agrícola — cerca de Cz\$ 33 bilhões somente em julho —, poderia comprometer decisivamente a produção da atual safra agrícola, "tendo em vista a descapitalização do setor provocada, principalmente, pela inflação galopante que caracteriza o governo da Nova República".

Roberto Freire lembrou que, quando foi votada sua emenda restritiva da anistia, os constituintes assumiram a posição de não beneficiar os grandes proprietários e o latifúndio, "mas a imprudência do Palácio do Planalto pode jogar todo esse esforço na lata do lixo".

Segundo o líder do PCB, "ao implementar as medidas decretadas pela Constituinte, e ao buscar um controle mais efetivo do déficit público, o governo não tem moral para sacrificar aqueles segmentos que já deram toda sua contribuição ao País, notadamente os trabalhadores, e os miúdos e pequenos produtores rurais".

O deputado por Pernambuco afirmou, ainda, estar na hora de o governo escolher outros setores para arcar com o peso da saída da crise, como "o latifúndio, o capital financeiro, o capital monopolista e as multinacionais internacionais".

Brasília/Agência Estado

pesquisa em fase de conclusão no Ministério da Fazenda vai mostrar que as dívidas dos agricultores nos bancos é muito pequena, e este será o maior argumento para que os repasses voltem a ser feitos. Disse, ainda, não estar preocupado com a suspensão dos repasses, porque este mês há pouca procura por parte dos agricultores.

Ele admitiu que diante da aprovação da primeira emenda, que anistia indiscriminadamente os devedores desde o Plano Cruzado, seria justificável a decisão de Mailson, mas não depois da aprovação de outra, que restringiu o perdão.

Ação contra quem tirou proveito

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O advogado carioca Américo Chaves pretende impetrar uma ação popular na Justiça para cassar o mandato de deputados e senadores constituintes que tenham legislado em causa própria, ao aprovar a anistia às dívidas contraídas por pequenos e médios empresários durante o Plano Cruzado. Com esta intenção, ele entrou ontem com medida cautelar na Justiça Federal (processo 88.00018159-7) solicitando que todos os bancos estaduais, federais e privados apontem, em dez dias, os nomes dos constituintes que pediram créditos na qualidade de beneficiários, mutuários, acionistas, sócios-cotistas, fiadores ou com quaisquer outros vínculos com empresas, seja pessoalmente ou por intermédio de ascendentes, descendentes ou cônjuges.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, defendeu ontem em Bauri a união do empresário nesse período em que a Constituinte se prepara para o segundo turno de votações. "Esta união cada vez mais forte em torno das entidades representativas da empresarialidade deve ser exercitada por todos no mais elevado grau de lucidez e dedicação", disse. Para ele, não há diferença entre empresários da Capital e do Interior. "Nossa causa é comum, pois somos nós que criamos empregos e geramos a riqueza do País." Amato falou a empresários

de posse desses nomes, Américo Chaves ajuizará ação popular para cassar o mandato de tais constituintes, uma vez que o artigo 34 da Constituição ainda em vigor determina que deputados e senadores não podem firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público (no caso, os bancos federais ou estaduais).

Para atingir os constituintes que pediram empréstimos a bancos privados, o advogado se vale do artigo 134 da Constituição, que determina a suspensão dos direitos dos parlamentares por um prazo de dois a dez anos, em caso de abuso de direito individual ou político com o propósito de corrupção.

Américo Chaves afirma que o perdão das dívidas até cinco mil Obrigações do Tesouro Nacional —

ou Cz\$ 6,8 milhões — estimula o calote e é injusto para os que honraram os seus compromissos. Ele prevê que muitos desses pequenos e médios empresários entrarão na Justiça com pedido de restituição no valor pago, com juros e correção monetária e boas chances de sair vitoriosos na questão. Prevê, ainda, que muitos bancos, diante desse precedente, simplesmente vão cancelar créditos a pequenos, médios e microempresários.

O resultado disso tudo — acrescentou — não pode ser outro senão o aumento do déficit público, da inflação, dos impostos sobre quem trabalha, recessão econômica e desemprego. Por fim, ele disse que a anistia jamais deveria ser matéria da Constituinte. Na próxima semana, Américo Chaves entrará em contato com a Ordem dos Advogados do Brasil para discutir a ação popular.

Amato acha 'um mau precedente'

da região no Sindicato do Comércio Varejista de Bauri. Em entrevista à imprensa, o presidente da Fiesp considerou "um mau precedente" a anistia aos microempresários. "Sabemos de casos dramáticos, mas que deveriam ser analisados isoladamente." Quanto à ameaça de represálias pelo governo, como a suspensão de crédito aos empresários, Amato disse não acreditar nessa atitude. "O que precisamos ter em mente é que caso isso se confirme, todos pagaremos o preço desse calote, com aumento de impostos que atingirão empresários,

trabalhadores e a sociedade em geral."

Mário Amato voltou a defender a unidade das forças industriais de São Paulo em torno da Fiesp/Ciesp em encontro com prefeitos da região, nas dependências do Best. Segundo ele, a questão social, quando não resolvida pelo Estado, cabe aos empresários tomar uma atitude adequada como forma de sobrevivência da categoria. Destacou o chamado Projeto Cem, da Fiesp/Ciesp, já em andamento, que deverá construir 60 mil moradias para trabalhadores de indústrias do Interior.

Para microempresário, PR já teme uma grande queda na próxima safra

AGÊNCIA ESTADO

O secretário da Agricultura do Paraná, Osmar Dias, advertiu ontem, em Curitiba, que, se o governo federal suspender os financiamentos para a agricultura em represália à aprovação da anistia dos débitos contraídos durante o Plano Cruzado, haverá um "grande retrocesso" na produção agrícola do País.

A rejeitar as argumentações de que o setor rural está capitalizado e tem capacidade de autofinanciamento, Dias afirmou que o governo foi "negligente", por demorar demais para se pronunciar sobre um assunto tão importante, como as dívidas dos agricultores.

trando num regime de expectativa."

O presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, acha que a suspensão dos programas orçamentários não atingirá o setor comercial, área de poucos programas de investimento. Mas ele se mostra preocupado com a inflação e com o possível aumento de impostos que poderá surgir, para que o governo cubra o rombo provocado pela anistia. Para Szajman, o presidente José Sarney determinou a suspensão dos programas orçamentários "mas para fazer uma pressão psicológica, pois sabe que o governo terá problemas com a anistia". Culpando "o segmento agrícola" de ter "pressionado" a Constituinte a aprovar a anistia, o presidente da Federação do Comércio acha que toda a sociedade pagará pela medida. E cita a queda nas vendas no comércio, situação que poderá agravar-se com o aumento dos impostos e da inflação. De acordo com cálculos preliminares de Szajman, o comércio fechou o semestre com uma queda de 8% nas vendas, em relação ao primeiro semestre de 1987. Em comparação à média do período 1982-84, auge da crise econômica do País, a queda foi de 8%.

da existência de devedores que deixaram de pagar suas dívidas, na expectativa de que a Constituinte confirme a anistia na votação do segundo turno. A inadimplência aumentou nas últimas semanas no Banco de Desenvolvimento do Estado, chegando a 40%. Segundo Russowsky, os devedores estão depositando o dinheiro em caderneta de poupança, precavendo-se para o caso de a anistia ser revogada ou reduzida.

Rosevelt Roque dos Santos, presidente em exercício da UDR, pediu ontem, em Brasília, que seja feita uma auditoria na dívida dos produtores rurais. Para ele, a anistia aprovada pela Constituinte "não é inteiramente satisfatória". Por isso, propôs que, durante o recesso parlamentar, haja uma negociação. "É iniquo que um produtor que não pagou se beneficie e o que pagou, se sacrificando, fique excluído da anistia, cujo sentido é eminentemente social."

Nesse sentido, a apresentação de emendas supressivas ao texto aprovada nas disposições transitórias, com o objetivo de aumentar o limite da anistia, é uma das medidas que o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) pretende adotar.

Se a moda pegar...

O impacto econômico das recentes decisões votadas pela Constituinte não pode ser menosprezado, na medida em que resultará em uma série de dispêndios, públicos e privados, que certamente serão repassados aos preços. Será mais uma forma de inflação: a "inflação constitucional".

provoca uma discriminação dentro do funcionalismo, a qual poderá traduzir-se por conflitos econômico e políticos previstos. Acima de tudo, ela impede uma diminuição do número de funcionários e consolida assim a perspectiva de gastos insuperáveis e da manutenção do clientelismo.

porárias. Mas a decisão constitucional estabelece que será determinada uma rotatividade média, fazendo com que as empresas sejam cobradas a manter empregados numa eventualidade. Tal dispositivo, contrária, aliás, a tendência de se promover maior liberdade econômica nas relações entre empresas e trabalhadores.

Não se pode esquecer, ademais, que os recursos do PIS/Pasep também financiarão doravante o seguro-desemprego, mediante contribuição adicional das empresas cujo índice de rotatividade da mão-de-obra for superior à média, "na forma estabelecida por lei". Ora, nenhuma empresa desemprega trabalhadores por desejo próprio, sendo devido a injunções do mercado ou a dificuldades financeiras tem-

COMODIDADE FAZ SUA VIDA MELHOR.
Assine o Estadão.
no ESTADO DE S. PAULO

BANERJ SEGUROS S.A.
BANERJ Seguros S/A Comunica a seus clientes seu novo endereço:
Av. Angélica, 2491 SP
Tel: 257-0722

Tomar-se o caso da estabilidade dos servidores públicos civis. Ela lhes foi assegurada talvez num dos piores momentos da história das finanças públicas nacionais. Ministros da Fazenda, salvo raras e nada honrosas exceções, têm envidado esforços de contenção do déficit público e de racionalização da máquina administrativa do governo. Agora, esse processo torna-se mais difícil. A decisão da Constituinte

Na área da Previdência Social, os constituintes também não pouparam sua decisão pela racionalidade. Por um lado, optaram por uma atualização dos benefícios, o que, em tese, poderia ser considerado correto, desde que se esclarecesse devidamente as fontes de recursos para financiar tais desembolsos. Na ausência disso, claro está que os beneficiados serão penalizados,

que os recursos do PIS/Pasep também financiarão doravante o seguro-desemprego, mediante contribuição adicional das empresas cujo índice de rotatividade da mão-de-obra for superior à média, "na forma estabelecida por lei". Ora, nenhuma empresa desemprega trabalhadores por desejo próprio, sendo devido a injunções do mercado ou a dificuldades financeiras tem-

que os recursos do PIS/Pasep também financiarão doravante o seguro-desemprego, mediante contribuição adicional das empresas cujo índice de rotatividade da mão-de-obra for superior à média, "na forma estabelecida por lei". Ora, nenhuma empresa desemprega trabalhadores por desejo próprio, sendo devido a injunções do mercado ou a dificuldades financeiras tem-